

O problema da dívida externa e seu inacreditável impasse

GAZETA MERCANTIL

- 9 AGO 1989

Herbert Levy



E incompreensível que o governo não tenha dado ainda uma solução ao problema da dívida, que tanto e tão injustamente onera a nossa economia, já que os estadistas das nações desenvolvidas apenas prometem e não cumprem.

A responsabilidade do Tesouro americano ao puxar as taxas de juros no mercado bancário, de 6,1/4% (taxa abaixo da média do mercado que vigorava devido ao excesso de petrodólares nos bancos comerciais, desde a violenta elevação de preços forçada pela OPEP a partir de 1975) até 20,45%, é incontestável, e atingiu tanto o Brasil quanto o México, a Argentina, a Venezuela e outros países.

Quando o vice-presidente Bush veio ao Brasil, creio que em 1983, para preparar a viagem do presidente Reagan, tive com ele uma conversa de dez minutos, reservada aos líderes de partidos na Câmara. Nessa ocasião estava eu liderando o PP. Fui logo ao assunto, mostrando o prejuízo que a puxada das taxas de juros, pela ação do Tesouro dos Estados Unidos, em sua busca intensa de dólares para cobrir os grandes déficits orçamentários, estava causando aos países devedores. Também me referi ao prejuízo para os importadores de petróleo, como o Brasil, causado pela puxada de preços promovida pela OPEP. Bush assumiu uma expressão séria e disse-me literalmente: "O senhor está dizendo algo que nos fará pensar seriamente".

Quando pouco depois o presidente Reagan veio ao Brasil, encontrei-o por iniciativa do presidente do seu Conselho de Segurança, William Clark, no Palácio da Alvorada, onde se hospedava. Foi conversa extremamente rápida porque havia inúmeros líderes parlamentares na fila de cumprimentos. Lembrei-lhe o tema da minha conversa com Bush e ele prontamente mostrou estar a par do assunto, pois disse-me: "Oh yes, I recall, you have been very helpful. We must thank you". ("Ah, sim, eu me lembro, o senhor nos foi de muita ajuda. Devemos agradecer-lhe").

O fato é que nos doze ou catorze meses subsequentes, ainda que o Tesouro americano continuasse na busca de dólares no mercado para cobrir seus grandes déficits, as taxas baixaram de 20,45% para 12% ao ano, naturalmente porque o Tesouro controlou melhor a sua ação.

No ano seguinte, em setembro de 84, recebi em minha casa a visita do professor Fred Bergsten, ex-subsecretário do Tesouro e presidente do Institute for International Economics, de Washington. Ele havia vindo participar de mesas-redondas promovidas pelos ministros do Planejamento e da Fazenda sobre Economia e Dívida Externa e manifestou estranheza por não me ver presente nesses seminários. Disse-lhe que nada havia a estranhar porque, devido às minhas constantes críticas à política econômica, os ministros Delfim Neto e Ernane Galvões preferiam ver o diabo e não a mim.

Pedindo minha opinião sobre os temas em foco, respondi-lhe lembrando o que transmitira a Bush e a Reagan, dizendo-lhe, ainda, que a puxada das taxas

de juros havia aumentado em 20 bilhões de dólares a dívida brasileira, pelos meus cálculos. E disse que outro fator de nossas dificuldades, não controlável pelo Brasil, era a puxada dos preços do petróleo muito além do razoável (o preço era 1,77 dólar o barril, em 72, 2,77 dólares, mas em 75 já era de 10,40 dólares, atendendo plenamente aos justos reclamos dos países produtores).

A partir de 1975, os países da OPEP pegaram o freio nos dentes e foram puxando os preços até 38 e 40 dólares por barril. Isso iria representar um aumento na dívida externa brasileira de 32 bilhões de dólares, pois éramos fortes importadores de petróleo.

Os dois fatores somados, Tesouro americano e OPEP, haviam provocado um aumento injusto de 52 bilhões de dólares, numa dívida que em 1984 ascendia a 92 bilhões. Mais de 50%, portanto.

Fred Bergsten mostrou-se profundamente impressionado e disse-me literalmente: "É a primeira vez que ouço uma colocação nesses termos. Você seria capaz de repetir o que está me dizendo numa palestra no International Institute of Economics em Washington? Eu lhe asseguro uma audiência do nível mais alto que é possível reunir nos Estados Unidos. Nos nossos almoços comparecem entre 25 e 30 personalidades".

Aceitei o convite, prontamente, e fiz a minha palestra no Institute em 30 de outubro de 1984, pois já estava de viagem marcada para os Estados Unidos.

Compareceu uma audiência recorde de 57 pessoas, não pelos meus belos olhos, mas porque o Brasil estava grandemente em foco.

Depois da minha exposição houve perguntas e respostas, após as quais recebi aplausos generalizados. Era um representante do maior devedor falando a pessoas de alta expressão do país maior credor e delas recebendo demonstrações inequívocas de apelo.

Isso tudo transmiti a Tancredo Neves logo após sua eleição. Ele se entusiasmou e disse que esse seria o seu caminho na questão. Com o seu chocante desaparecimento, transmiti a Sarney, que aprovou e pediu-me para falar com Dilson Funaro. Ele também aprovou com entusiasmo e chegou até a partir para o caminho errado de moratória unilateral, quando tínhamos argumentos morais e tecnicamente válidos para uma negociação decisiva na defesa dos interesses brasileiros.

Bem, aqui estamos. Nada, absolutamente nada foi feito de útil em matéria tão importante para o Brasil. Os líderes das nações desenvolvidas, a uma voz, proclamam a necessidade de defender as novéis democracias latino-americanas, ameaçadas pelas crises econômico-sociais nas quais o problema da dívida tem papel importante. Na Argentina e na Venezuela ocorreram graves desordens de rua, que levaram a declarações repetidas de Bush, Takeshita, Kohl, Mitterrand e outros, que era urgente promover o alívio da dívida externa.

Os banqueiros não se sensibilizam com os problemas políticos e sociais, e não podem fazer por si sós concessões que levariam a um colapso o sistema bancário.

A decisão só pode ser política, atribuindo aos bancos credores um prejuízo suportável e distribuindo o restante entre or-

ganismos internacionais e governos. Surgiu, primeiro o Plano Baker, ainda no governo Reagan, não saiu do papel. Depois, já no governo Bush, surge o Plano Brady, novo secretário do Tesouro. Nada aconteceu de efetivo.

Até quando uma questão de importância vital para as democracias recuperadas dos países devedores não encontra solução por parte dos que podem e dizem querer dá-la?

As cotações dos títulos brasileiros e de outros devedores nas bolsas financeiras mostram realisticamente que o mercado sabe que a situação atual levará à insolvência total, pois são negociados por um terço do valor nominal. Só que os beneficiários não são os países devedores mas os especuladores aos quais os credores vendem os seus títulos.

E o caso de perguntar:

PODE ISSO SER ACEITO?

O Paraguai, segundo as notícias, acaba de comprar por um quarto do valor títulos brasileiros que entregará para pagar sua dívida ao Brasil, resgatando 400 milhões de dólares por 100 milhões. Então nós, pobresinhos, é que pomos em execução o Plano Brady para o Paraguai...

Até quando essa ausência de decisões por parte dos estadistas das nações desenvolvidas? Então não sabem que um país sequioso de capitais para o seu desenvolvimento e para criar empregos aos 3 milhões de brasileiros que nascem todos os anos foi, nos últimos 5 anos, um exportador líquido de capitais num total de 40 bilhões de dólares?

Herbert Levy é presidente do Conselho de Administração e diretor-responsável da Gazeta Mercantil.